



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Pôsteres

Realização:



ESCOLA REGULAR OU ESCOLA ESPECIAL PARA AS CRIANÇAS AUTISTAS?

Paula Ramos Pimenta

Membro da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais; Professora do Departamento de Psicologia da PUC Minas - Coração Eucarístico.

Escola Brasileira de Psicanálise - Seção Minas Gerais. Av. do Contorno, 5351 / 1502
Bairro Funcionários, Belo Horizonte / MG. CEP 30.310-110

Fone: (31) 3281 3146

paula.pimenta@uol.com.br

A autora faz uma reflexão sobre a proposta de inclusão escolar das crianças autistas e psicóticas graves. Para tanto, serve-se do caso de uma criança autista a quem ela acompanhou em seu tratamento clínico e em sua mudança de uma escola regular, de grande porte – onde estudou desde os dois anos de idade – para uma escola especial, transferida nos seus cinco anos de idade.

Durante sua estada na escola regular, a criança demonstrou dificuldades nas relações sociais, na comunicação e em sua capacidade imaginativa, o que caracteriza o tripé autista proposto por Lorna Wing. No curso do 2º período, a criança teve uma professora extremamente sensível a suas particularidades; em decorrência disso, o trabalho com a garota desabrochou, propiciando seu interesse pelas letras e pela escrita, pelos livros, pelos números e levando-a a interagir com os colegas – na escola e fora dela – e a desenvolver um pouco mais sua linguagem.

No entanto, a escola colocou como condição prévia para a criança cursar o 3º período, a presença de um acompanhante em sala de aula. Diante dessa e de

outras considerações feitas à mãe, esta começou a se indagar até onde poderia o filho caminhar no âmbito pedagógico e resolveu procurar por outra escola.

Assim, após quatro anos de inclusão em uma escola regular, a criança passou a freqüentar uma escola especial. Nesta, houve um salto em sua capacidade comunicativa, em função do trabalho de ordenação temporal feito com a criança. A despeito de seu notável desenvolvimento lingüístico, o crescente laço social que ela vinha apresentando na escola regular foi interrompido, sobretudo pelas dificuldades de interação que seus colegas da nova escola (também) apresentavam.

Sob esse aspecto social, pode-se considerar que a criança sofreu uma grande perda em sua mudança de escola. Por outro lado, o desenvolvimento de sua capacidade de comunicação, propiciado pela escola especial, trouxe significativa contribuição a outra área bastante comprometida nas crianças autistas.

A partir dessa constatação, a autora principia uma discussão a respeito de qual seria a melhor opção de escola para o autista, o que culmina em um aparente dilema: a **inclusão** numa escola regular, com professores despreparados e sem possibilidades de acompanhá-lo individualmente é mais eficiente que a **exclusão** numa escola especial, onde se sabe lidar com suas particularidades, mas que, por outro lado, não lhe propicia uma convivência social importante?

Baseando-se em considerações da literatura especializada, a autora propõe que a nova prática inclusiva que vem sendo apregoada e difundida atualmente destina-se, em um momento inicial e imediato, aos “deficientes circunstanciais”, ou seja, às crianças que, apresentando alguma dificuldade na aprendizagem, fracassaram na escola regular e foram conduzidas para o ensino especial – crianças que não estariam nas escolas especiais se as regulares soubessem reorganizar suas diretrizes pedagógicas, a ponto de nelas incluir aqueles alunos com perfil de aprendizes fora das normas-padrão de ensino.

Para as crianças autistas e psicóticas graves, no entanto, que apresentam um comportamento próprio no que se refere à aprendizagem, faz-se mister um lugar que possa acolhê-las, com suas singularidades. E, por esse momento, talvez seja o caso de se manter uma posição segregadora para essas crianças, numa escola especial. Porém, sem perder de vista o objetivo último de inclusão; mas uma inclusão responsável. Esta se daria em um segundo momento do processo, que se

potencializaria mediante (i) a experiência dos fazeres da primeira fase e (ii) a adequação política e econômica em prol da valorização da formação dos professores, os quais teriam que se habilitar para atuar com a diversidade, mostrando-se atentos às peculiaridades de cada criança na elaboração de seus projetos pedagógicos. Essa, sim, se notabilizaria como a verdadeira inclusão; a inclusão que, hoje, insinua-se utópica e inalcançável.

A autora acredita que a escola regular estaria mais apta a realizar a construção de um laço social para as crianças autistas e psicóticas graves, se comparada à escola especial. Mas, por enquanto, ela precisa se fazer merecedora dessa nobre missão.